DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-1649/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/5750/2014
PROTOCOLO	:	1508541
ÓRGÃO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PGJ
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	HUMBERTO DE MATOS BRITTES
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONCESSÃO APOSENTADORIA
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADO (A)	:	GRAÇAS DE SOUZA SILVA NANTES

EMENTA. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS – REGISTRO.

O processo em epígrafe se refere à concessão de aposentadoria voluntária à servidora GRAÇAS DE SOUZA SILVA NANTES, outorgada pela Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Portaria nº 760/2014, publicado no Diário Oficial do Ministério Público n. 818, 19 de maio de 2014.

A 7ª Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal analisou os autos e, por meio da Análise ANA - 18449/2014, concluiu a instrução processual pelo registro da presente aposentadoria em face de estar amparada pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 047/2005, c/c o artigo 73, incisos I, II e III e parágrafo único, da Lei n. 3.150/2005.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos constantes nos autos e manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria, conforme Parecer PAR-MPC - GAB.1 DR.JAC/PROCURADOR GERAL-19122/2014.

É o relatório.

Conclusos vieram os autos para decisão.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, alínea "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, III e artigo 34, II, da Lei Complementar nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, I, artigo 70 e artigo 173, I, "b", ambos da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e DECIDO:

1 - Pelo **REGISTRO** do ato de Aposentadoria Voluntária da servidora GRAÇAS DE SOUZA SILVA NANTES, inscrita no CPF n° 236.955.871-72 (Cargo – Auxiliar).

2 - Pela intimação dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

É a decisão.

Publique-se, nos termos do art. 65I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande - MS, 13 de março de 2015.

Cons. IRAN COELHO DAS NEVES
- Relator -